

Implicações e limitações da identidade nacional como resposta ao subdesenvolvimento em Celso Furtado

Nathan Barbosa dos Santos ¹
Vinícius Azevedo Bastos ²

Resumo

Este artigo propõe ambientar a dimensão cultural voltada à superação do subdesenvolvimento, tal qual trazida por Furtado, expandindo sua perspectiva a partir de uma visão antropológica e sociológica que qualifica a identidade cultural e nacional. Assim, expõe-se a crítica desta abordagem a partir do quadro teórico cultural marxista, que permite qualificar limitações e a delimitação de um arcabouço mais geral e totalizante da dimensão referida. Verifica-se que, embora a teoria de Furtado tenha em si grande coerência e represente à teoria do desenvolvimento uma contribuição ímpar, alguns aspectos da identidade nacional indicam sentido contrário à interpretação trazida por Furtado.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento; Identidade nacional; Cultura; Celso Furtado, Teoria cultural marxista.

Abstract

Implications and limitations of national identity as a response to underdevelopment in Celso Furtado

The present article aims to settle the cultural dimension for the underdevelopment overcoming, as did by Furtado, expanding his perspective departing from an anthropological and sociological view capable to qualify the cultural and national identity. Thereby, a critique for this approach that comes from the Marxist cultural identity theoretical overview is exposed, allowing the limitations and delimitation of a more general and totalizing framework of the referred dimension to be shown. It's verified that, although Furtado's theory owns a great coherence and represents a unique contribution for the Development theory, some of its aspects about the national identity goes opposite way to Furtado's interpretation.

Keywords: Underdevelopment, National identity, Culture, Celso Furtado, Marxist cultural theory.

Códigos JEL: O10, Z13, N00.

1 Introdução

A superação do subdesenvolvimento é um assunto que ainda não foi esgotado no debate econômico, de forma que são muitas as proposições das diversas escolas de pensamento que se debruçam sobre o assunto. Seja qual for a linha teórica que classifica as economias pelo mundo, o Brasil sempre figura em posição subalterna: subdesenvolvido; em desenvolvimento; sul global; capitalismo dependente; economia periférica, entre outros. Quanto às contribuições de Celso Furtado, que despontou como o teórico do desenvolvimento mais proeminente na literatura nacional, se qualifica no Brasil o subdesenvolvimento. Sua extensa obra permitiu qualificar o processo de desenvolvimento, mas não somente. De suas contribuições decorre a noção do subdesenvolvimento como uma dinâmica particular, não uma etapa ou fase, mas um processo singular.

O presente artigo tem interesse de discutir os limites da identidade nacional como elemento de superação do subdesenvolvimento – tese que Celso Furtado desenvolve em suas últimas contribuições a esta teoria. Em primeiro momento, o trabalho busca caracterizar brevemente o capitalismo brasileiro através da concepção deste fenômeno trazida por Celso Furtado. Em sequência,

(1) Doutorando em Economia do desenvolvimento pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

(2) Doutorando em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

a apresentação da ideia de identidade nacional se faz necessária para consolidar a relevância e implicações desta em seu processo de superação. Por último, uma extensão do quadro teórico propõe ir além do que apresentou Furtado, abrindo caminho a uma nova abordagem da superação do subdesenvolvimento nacional.

Para tanto, recorrer às obras em que Celso Furtado apresenta sua teoria, evidentemente, se faz imprescindível. Com o intuito de uma reconstrução minuciosa destes dois conceitos – identidade nacional e subdesenvolvimento – para Furtado, a obra *O Capitalismo Global* empresta uma perspectiva relevante. Isso decorre de que Furtado traz comentários-sínteses que demonstram suas intenções e motivações ao abordar os temas, dando um sentido totalizante, permitindo, assim, enquadrar esses conceitos com maior profundidade. Em outras palavras, esse esforço se vale da superposição das impressões de Furtado em *O Capitalismo Global* com a teoria apresentada nas demais obras.

Em sequência, discutir identidade nacional traz a necessidade de recuperar um arcabouço teórico que vai além das teorias econômicas. Para tanto, as contribuições referentes a sociologia e a antropologia permitem enquadrar com maior fidelidade os conceitos trazidos por Furtado e suas implicações junto à sociedade. Entretanto, o quadro só se completa com a perspectiva que orienta a presente crítica da teoria furtadiana, a saber: o arcabouço cultural marxista.

O artigo se divide, para além da introdução e das considerações finais, em mais quatro seções. A primeira retoma brevemente os conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento e identidade nacional através de revisão bibliográfica das obras de Celso Furtado. A segunda articula as categorias de análise levantadas na seção anterior com uma perspectiva antropológica e sociológica de identidade cultural e nacional capaz de caracterizar a obra de Furtado. A terceira traz o contraponto teórico cultural marxista, que auxilia na compreensão das categorias de análise apresentadas e a implicação das relações materiais, apresentando o quadro que sintetiza a crítica do presente trabalho. A quarta demarca a crítica obtida através da incorporação das categorias propostas pela teoria cultural marxista. Por fim, as considerações finais recuperam as conclusões obtidas na presente reflexão.

2 A identidade nacional como superação do subdesenvolvimento em Celso Furtado

A Teoria do Subdesenvolvimento surge de uma paixão que Furtado nutriu acerca do problema que se pôs quanto aos avanços em elevação da renda e industrialização, por um lado, e a persistente *heterogeneidade social* no Brasil, por outro, quando em contraste com o curso das economias desenvolvidas (Furtado, 1998). Partindo desse pano de fundo, pode-se colocar algumas especificidades relacionadas a esta teoria, sendo a ideia de existência de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas e a presença de heterogeneidades caracterizando o segundo grupo. Primeiramente, tal contraste entre estas economias decorre da diferenciação proposta por Furtado acerca dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, isto é, a tese de que estes são diferentes entre si.

Uma breve definição de desenvolvimento o coloca como um processo de transformação social que possibilita o atendimento de um conjunto de necessidades, sendo atingido pela contínua diferenciação do sistema produtivo através de inovações tecnológicas (Furtado, 1964). Isso implica, por um lado, no enquadramento das economias centrais dentro de tal padrão de difusão do capitalismo e, por outro, na objetivação do desencadeamento de tal processo nas demais economias. Quanto a

segunda implicação, Furtado (1981) esclarece que o conceito de desenvolvimento não está, portanto, separado da estrutura social do país e que seu desencadeamento careceria uma política com ambientação ideológica. Aqui tem-se uma peça-chave para a presente discussão que será retomada mais tarde.

Ademais, a ideia de desenvolvimento, também afirma Furtado (1981), pode ser enxergada em três dimensões, sendo estas a simples melhora da eficácia do modo social produtivo, a – já citada – satisfação das necessidades e o alcance de uma série de objetivos estabelecidos por uma classe dominante responsável pela alocação dos recursos disponíveis. Fica evidente que o conceito de desenvolvimento é, ao mesmo tempo, um processo ao longo do tempo e a definição de um estágio das economias. Em outras palavras, em sua teorização pode-se perceber o caráter diacrônico e sincrônico de sua abordagem. Dessas conclusões, deve-se salientar a importância que Furtado empresta às *necessidades* de determinada sociedade e o protagonismo de uma *classe dominante*, conceitos a serem retomados posteriormente aqui.

Entretanto, suas dimensões devem ser interpretadas com cautela. Furtado (1979) é categórico em caracterizar o subdesenvolvimento como um processo autônomo, distanciando-o da concepção de que se trata de uma etapa necessária às economias desenvolvidas. Mais que isso, a característica central desse processo é sua estrutura dualista. Aqui fica evidente a segunda especificidade apresentada: a presença de heterogeneidade. Esta é decorrente da difusão do capitalismo nas economias periféricas, do processo de expansão deste modo produtivo em escala global. Furtado (1981) qualifica essa ideia ao afirmar que há, mundialmente, uma dinâmica de concentração de riqueza responsável por polarizar economias entre as com vantagens de produção de *commodities*, de um lado, e manufaturados, de outro. E o contraponto a essa dinâmica está em um projeto de desenvolvimento do sistema econômico – subsumido à estrutura social – circunscrito ao interesse nacional – subjugado pelas preparações ideológicas.

Furtado faz uso de um enfoque histórico acerca do processo de desenvolvimento que permite compreender o processo de expansão do capitalismo nas economias industrializadas e de livre empresa. Para tanto, ele percorre o curso da orientação do progresso técnico e o perfil da demanda mundial impactando na estrutura do aparelho produtivo e se dividindo estrategicamente entre bens de consumo e investimentos. Para o autor, estes elementos resultam de um processo histórico específico e a transposição destes em outro contexto histórico incorre em nova problemática. É com esse conjunto de problemas que se preocupa a teoria do subdesenvolvimento. Assim, caracteriza-se a formação histórica do subdesenvolvimento em três âmbitos. O primeiro se refere a difusão da revolução industrial pelo mundo, o segundo dá conta do “capitalismo bastardo” como um fenômeno e, por fim, são expostas as economias subdesenvolvidas de grau superior (Furtado, 1979).

Acerca da propagação da revolução industrial, foi o surgimento de um núcleo industrial na Europa que possibilitou uma transformação qualitativa, da qual decorre a principal condicionante do desenvolvimento econômico à época. Em sequência, a expansão desse núcleo incorreu em três direções distintas.

A primeira é a linha de desenvolvimento internamente a Europa Ocidental, na qual se desorganizava a economia artesanal pré-capitalista enquanto absorvia progressivamente – em maior nível de produtividade – os fatores liberados do antigo modo de produção. Vale ressaltar que essa dinâmica acontece até que se esgote a mão-de-obra antes liberada mais rapidamente que a capacidade

de absorção da indústria nascente. Aqui se estabelece duas características importantes do processo de desenvolvimento capitalista, uma é a liderança do progresso técnico na flexibilização do sistema econômico, por um lado, e por outro o condicionamento do desenvolvimento da técnica à disponibilidade de fatores (Furtado, 1979).

A segunda é a expansão para terras similares e desocupadas, indo além das fronteiras de mão-de-obra, técnica e de capital. Foi, de fato, uma extensão das economias industriais europeias, tendo como maior expressão as colônias canadense, australiana e estadunidense. Tanto o padrão de consumo quanto a técnica eram transplantadas, permitindo que se alcançasse níveis de produtividade e renda similares aos observados nas metrópoles.

Por fim, a terceira linha também se refere à transposição das fronteiras da Europa Ocidental. No entanto está marcada pela expansão desse núcleo industrial para terras já ocupadas, que contavam com estruturas econômicas pré-capitalistas. Desta linha resulta o processo de subdesenvolvimento. Isso se deu pois, nos diferentes casos em que isso aconteceu – seja na abertura de linhas de comércio ou o incentivo a produção de matérias primas –, o contraste entre a expansão capitalista e as estruturas seculares dessas economias produziu uma estrutura dualista que será demarcada pela presença da empresa capitalista sem vínculos com a economia pré-capitalista em que esta penetra, principalmente pelo fato de que os lucros gerados não pertencem à economia local (Furtado, 1979).

Ao caracterizar o capitalismo bastardo³, Furtado (1979) destaca alguns aspectos da evolução do capitalismo que são relevantes para a discussão do processo de subdesenvolvimento. Fica evidente que o dinamismo do capitalismo é resultado do papel desempenhado pela classe empresarial. Para um ambiente em que o controle do capital se dá externamente à economia local – que é o caso das economias subdesenvolvidas –, mesmo que parte da renda gerada pela empresa capitalista se integre na economia local, o padrão especificamente capitalista se detém na economia de que provém o capital. No limite, esse modelo produz uma estrutura dualista tal que somente o pagamento de mão-de-obra se dá com a renda gerada pelo setor capitalista e não se articula um sistema econômico. É esse movimento que motiva o comércio internacional no século XIX explicando o fato da propagação do sistema capitalista de produção não ter ocorrido na mesma escala. Isto é, a procura pela expansão dos mercados para a produção industrial na Europa Ocidental é acompanhada de um obstáculo ao desenvolvimento industrial no resto do mundo. Essa conformação foi mantida sem maiores prejuízos, já que ela permitia, por um lado, a melhora no nível de vida e a manutenção do nível de emprego dado os baixos salários e, por outro, o impedimento que se surgisse um sistema econômico autônomo mantendo o controle do processo produtivo na economia industrial da metrópole (Furtado, 1979).

Enfim, ainda há casos em que essa atividade exportadora fosse controlada nacionalmente, como o caso brasileiro para a economia cafeeira, nesses casos o dinamismo não dependia do reinvestimento de capitais, mas muito mais da demanda global. Esse fator, acompanhado da abundância de recursos naturais e grande dimensão relativa do mercado interno diferencia a experiência do Brasil. Este último fator se deveu ao fato da elite cafeeira concentrar reinversões no próprio setor nos períodos de prosperidade, ocasionando a absorção da economia de subsistência, financiando a imigração europeia e, com isso, aumentando o setor monetário, o que abriu caminho para um mercado interno relativamente grande e investimentos industriais. É a partir desse momento que se cristalizam três setores nessas economias, sendo eles um setor de subsistência pouco

(3) O termo, cunhado por Furtado (1979) se caracteriza pela coexistência do capitalismo com a estrutura pré-capitalista.

monetizado, um setor exportador e um setor de manufaturados voltado ao mercado interno. Esta é uma formação diferenciada e mais complexa de subdesenvolvimento. É nela que surge a possibilidade de um setor interno industrial que multiplique os efeitos do dinamismo concentrado no setor exportador. Quando este setor industrial se diversifica surge, nas economias subdesenvolvidas, a fase superior do subdesenvolvimento, é a capacidade de produzir parte dos equipamentos que permite expandir a capacidade produtiva e sustentar o crescimento por mais tempo (Furtado, 1979).

Assim se descreve o processo de propagação do capitalismo para além da Europa Ocidental e o próprio curso do subdesenvolvimento. Em adição ao enfoque histórico, Furtado (1998) qualifica a emergência da relevância do estudo do subdesenvolvimento no tempo, afirmando que, até a década de 1960, o desenvolvimento econômico teria como seu principal propulsor a industrialização e ambos seriam capazes de resolver os problemas nacionais como a pobreza, a concentração de renda e desigualdades inter-regionais. Entretanto, o mesmo reconhece que isto não seria condição suficiente. O sentimento de êxito ao se pôr em passo a industrialização foi substituído por frustração e se percebeu uma mudança do direcionamento do desenvolvimento, que era majoritariamente social, para a lógica de crescimento econômico – caracterizado pelo autor como “inerentemente criador de desigualdades e privilégios” (Furtado, 1998, p. 20).

No que Furtado concebe por subdesenvolvimento e desenvolvimento, o tratamento e destinação dos excedentes é um traço fundamental de distinção entre ambos processos. Uma economia tida por desenvolvida aplica os excedentes em incremento produtivo, enquanto uma economia subdesenvolvida de produção primária destina seus excedentes ao aumento das importações. E, quando industrializada, em geral por capitais estrangeiros já amortizados, a economia subdesenvolvida está incorporada à lógica da grande empresa estrangeira, cujo objetivo é de apenas utilizar a mão-de-obra local. Assim, diante de uma utilização dos excedentes para manter um fluxo de importações, pequenos estratos dos países subdesenvolvidos reproduzem o padrão de consumo do centro do capitalismo – fenômeno que Furtado destaca ter sido caracterizado erroneamente como parte do processo de superação do subdesenvolvimento e possível de ser indefinidamente reprodutível (Furtado, 1974).

Ainda, Furtado (1998) percebe que as forças sociais que defendiam a industrialização tendiam a se aliar aos grupos latifundiários e de direita ideológica e, com efeito, não percebiam a gravidade do quadro social brasileiro. É por esse motivo que Furtado decide caracterizar mais profundamente o processo de subdesenvolvimento, por perceber a necessidade que restava em caracterizá-lo como um desenrolar histórico específico, por compreender que o crescimento econômico sustentado impedia que a população se voltasse aos graves problemas sociais e alimentasse ilusões sobre a possibilidade de ascensão e melhora de vida.

Essas exposições clarificam o objeto deste trabalho. Fica evidente pelo conjunto das contribuições de Furtado acerca da teoria do subdesenvolvimento que implicações econômicas estão sempre contrapostas, em sua execução e resultado, com expressões ideológicas. Essa dualidade em seu pensamento abre espaço para a exposição de sua percepção de identidade nacional, cultural e valores, ferramentas-chave para a reversão do subdesenvolvimento em seu pensamento.

Em referência à identidade nacional, Furtado (1998) menciona a importância de identificar um espaço no qual o Brasil fará suas opções históricas preservando suas singularidades. É a ideia de que deve se preservar uma identidade cultural e unidade política frente a dominação de grupos

transnacionais que controlam o capital financeiro, a informação e a tecnologia. Em outras palavras, se discute a inserção do Brasil em um contexto global de desequilíbrio. Por fim, ao tratar a preservação de uma característica nacional, Furtado reconhece que uma teoria de desenvolvimento para economias periféricas ainda precisa ser completamente formatada. Ele faz isso criticando o direcionamento do dinamismo brasileiro para longe do mercado interno como motor de crescimento, além de questionar com certa ironia se ainda se pode falar em sistema econômico ao se referir ao Brasil.

Fica claro que, para Furtado, a ideia de identidade nacional vai além de uma construção etérea e descolada da realidade. Resta a ideia de singularidades específicas que demarcam tanto a estrutura econômica quanto a ação política. O que Furtado se refere como “preservação da identidade nacional” costura suas contribuições no campo econômico para o político. A interpretação trazida aqui é que identidade nacional se expressará no campo econômico através de um projeto de desenvolvimento, e também no campo social e político via expressão cultural.

Tal expressão está disposta segundo Furtado (1998) como uma dimensão cultural do desenvolvimento, explicitada através de uma política surgida a partir da consciência que a melhora do nível de renda pode não ser acompanhada de melhor qualidade de vida. Esta preocupação com a dimensão cultural é subproduto dos efeitos dos modelos de desenvolvimento fortemente sugeridos a partir dos anos 1950. É uma reflexão acerca do modo como a lógica da acumulação no modo social produtivo acabava por prevalecer entre demais fatores que conformavam o processo social. É um modelo que permite a elevação dos níveis materiais da sociedade ao passo que aprisiona segmentos populacionais a padrões culturais limitados, reproduzindo as estratificações sociais observadas anteriormente.

Esse funcionamento perverso da sociedade tem suas bases em um princípio que Furtado (1998) determina como sendo resultado de uma estrutura em que sejam escassos os recursos e prevaleça, portanto, a lógica de eficiência maximizadora, implicando, em última instância, a hegemonia de um quantitativismo. É daqui que se sobressai a ideia central da dimensão cultural do desenvolvimento para Furtado:

Está implícito nesse raciocínio que os fins que presidem a ordenação social possuem um comportamento autônomo, com respeito aos meios, comportamento que reflete opções realizadas pelos homens em função de suas necessidades naturais, de suas aspirações e ideais. Pouca atenção se dá às inter-relações de fins e meios, ao fato de que o controle dos meios por indivíduos, grupos ou países pode conduzir à manipulação dos fins de outros indivíduos, grupos e países.

Ora, os fins a que estou me referindo são os valores das coletividades, os sistemas simbólicos que constituem as culturas. Por que não preocupar-se prioritariamente com o significado das coisas, com os constrangimentos que modulam as opções essenciais dos indivíduos, com a lógica dos fins? Se a política de desenvolvimento objetiva enriquecer a vida dos homens, seu ponto de partida terá que ser a percepção dos fins, dos objetivos que se propõem alcançar os indivíduos e a comunidade. Portanto, a dimensão cultural dessa política deverá prevalecer sobre as demais (Furtado, 1998, p. 70).

Através deste excerto, Furtado deixa claro o papel da dimensão cultural expressa através dos fins, isto é, valores e a cultura de uma sociedade e o modo como isso deve se relacionar com a política de desenvolvimento. Há, para a cultura, um caráter acumulativo e sistêmico, um ponto de vista sincrônico e diacrônico, é uma continuidade entre o passado e presente. É o sistema de valores que deve abarcar a política de desenvolvimento no seu aspecto econômico e social e é a ferramenta que

permite dissociar a construção de um presente e um futuro da lógica dos instrumentos, irrevogável quando há uma prevalência da dimensão tecnológica (Furtado, 1998).

Desta forma, Furtado deixa não mais do que pistas e o entendimento de uma dinâmica sob a qual se organiza a ambientação ideológica que direciona os projetos de desenvolvimento nacional, embora fique claro a centralidade da identidade nacional representando um aspecto cultural a tal dinâmica. Assim, o presente artigo prossegue explorando as categorias de análise apresentadas, buscando um melhor enquadramento de tal processo. Em seguida, o trabalho se volta ao esforço de generalizar a dimensão proposta a partir do quadro teórico cultural marxista, que permitirá, em última instância, explorar as limitações da abordagem de Furtado.

3 Uma nova dimensão de compreensão do subdesenvolvimento: as categorias de análise na antropologia e sociologia

Partindo da revisão bibliográfica feita na primeira seção é possível estabelecer categorias de análise que são chaves para a proposição furtadiana, buscando manter adesão com sua orientação metodológica e teórica. Conforme afirma De Paula (2019), os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento em Furtado trazem consigo uma função heurística, assemelhada ao tipo ideal weberiano. Por serem construtos teóricos, referências categoriais, eles permitem investigar realidades sociais específicas e as diferenças histórico-concretas. Assim, Furtado complexifica o conceito de desenvolvimento, separando-o da estreiteza do pensamento econômico convencional que o igualava simplesmente a crescimento econômico (De Paula, 2019). No mesmo sentido, o presente artigo demarca a interdisciplinaridade e complexificação proposta por Furtado ao destacar um processo de superação do subdesenvolvimento via identidade nacional. Deste modo, verifica-se em sequência a convergência da proposição furtadiana com categorias de análise dispostas na antropologia e sociologia.

Os pontos de destaque desta teoria partem da determinação de um *conjunto de necessidades*, considerando uma *ambientação ideológica* e a ação de uma *classe dominante* na direção da alocação de recursos no plano econômico. A estrutura social trata de conter em si os limites e direções de um *projeto de desenvolvimento* que será determinado, por sua vez, pelo *interesse nacional*, que retorna aos limites da ambientação ideológica. É essa dinâmica que determina a evolução do processo de desenvolvimento – ou subdesenvolvimento – que está sujeita a ação da identidade nacional. Isto implica que tais categorias se relacionam, em última instância, com a hipótese atrelada ao sistema simbólico e de valores, a identidade nacional e cultural. Uma compreensão dessas últimas categorias se faz necessária. Aqui se busca considerar estes aspectos culturais e identitários.

Uma perspectiva que se aproxima das conclusões de Furtado pode ser vista em Oliven (2001). O autor apresenta a relação entre a modernidade e a cultura, caracterizando esses espaços para o Brasil. Ele traça a relação da intelectualidade brasileira em comparar o brasileiro com o “mundo adiantado”, afirmando que a modernidade empresta um sentido para a sociedade brasileira de modo a não haver meio termo entre sua adesão ou rechaça. Isso produz um movimento em que ora a cultura brasileira é desvalorizada pelas elites, ora algumas manifestações da cultura nacional são valorizadas. Em síntese, o autor defende a ideia de que o Brasil se caracteriza por uma contradição entre uma modernidade tecnológica e a manutenção de estruturas sociais que impedem que a maioria da população alcance os benefícios do progresso material. Essa concepção está presente em Furtado

(1974), cuja conclusão é que a reprodução dos padrões de consumo como visto no centro, isto é, as formas modernas de consumo, teria limites engendrados dentro do próprio subdesenvolvimento.

Ao caracterizar o sistema cultural, Furtado (1998) qualifica-o como algo dotado de uma totalidade e coerência que se dá ao longo do tempo, no qual há necessidade de manter uma condição enriquecedora do passado com o presente. Essa perspectiva trazida por Furtado é, também, observada em Oliven (2001), no que diz respeito à totalidade de um sistema cultural condicionado pelo passado. O autor aponta a presença de um comportamento de mimetização de padrões de consumo e cultura já no início do século XIX com a vinda da família real portuguesa ao Brasil. O padrão de comportamento tentava copiar o que se considerava europeu, burguês e urbano, entretanto isso se limitava à capital e, mais especificamente, as classes altas:

Os empréstimos culturais são uma constante em qualquer cultura (Burke, 1997). Como historiadores e antropólogos têm mostrado, a dinâmica cultural implica um processo de desterritorialização e de reterritorialização. Ideias e práticas que se originam num espaço acabam migrando para outros, encontrando um ambiente muitas vezes diferente daquele no qual surgiram, mas acabam sendo adaptadas ao novo contexto e, por assim dizer, “entram no novo lugar”. Uma das riquezas da dinâmica cultural brasileira é justamente a capacidade de digerir criativamente o que vem de fora, reelaborá-lo e dar-lhe um cunho próprio que o transforma em algo diferente e novo (Oliven, 1989) (Oliven, 2001, p. 4).

Oliven é categórico ao afirmar que “nada está no lugar e tudo sai de um lugar e entra em outro em que é adaptado aos interesses de grupos e às circunstâncias cambiantes”⁴ (Oliven, 2001, p. 4). Essa proposição tem dupla implicação quanto à abordagem de Furtado, uma se refere ao fato de que a reprodução de padrões culturais não se dá de modo a ignorar características próprias, ou seja, a “destruição do patrimônio cultural” (Furtado, 1998, p. 71) não tomará lugar necessariamente, abrindo-se espaço para novas expressões culturais únicas. Em adição, por essa adaptação estar subordinada aos interesses de grupos e circunstâncias que se transformam, resta a ideia de nada impedir que o interesse nacional e os fins objetivados pela sociedade controle esse processo.

Para exemplificar, Oliven (2001) cita o positivismo francês, que teve muito mais adesão aqui, estando presente na formação da República Velha e sendo uma ideologia que justificava, para parte das elites brasileiras, meios autoritários para alcançar certa modernidade. Por outro lado, o positivismo foi uma corrente de ideias que serviu também para a formação do desenvolvimentismo responsável pela industrialização no Brasil (Fonseca, 2004).

Resta a ressalva de que, para Oliven (2001), a modernização não toma um caráter necessariamente perverso no Brasil. E se combinam conformações sociais individualistas, burocráticas e formais – subprodutos da modernização – com formas pessoalizadas e informais de superar, até mesmo, os problemas colocados pela modernização. Oliven (2001) nota, como um ponto de peculiaridade no Brasil, a capacidade de se apropriar da modernidade no que interessa e, assim, adaptar a realidade própria na qual “o moderno se articula ao tradicional, o racional ao afetivo, o individual ao pessoal” (Oliven, 2001, p. 12).

Para equacionar as diferenças nas interpretações dos autores é necessário retomar a modernidade como o período histórico em que estamos inscritos e a modernização como um processo

(4) Ideia apresentada por Schwarz (1992) em “As ideias fora do lugar”, primeiro capítulo do livro “Ao vencedor as batatas”.

histórico concreto, mas concebido pelos autores com uma interpretação qualitativa diferente. Isto é, embora o processo de modernização não seja necessariamente negativo para Oliven, enquanto que para Furtado é um pilar da heterogeneidade no subdesenvolvimento, a dinâmica histórica que insere a modernidade como um padrão civilizacional é única.

Habermas (1985) identifica a modernidade como um processo contínuo e homogêneo, ressaltando que o conceito de racionalismo ocidental de Max Weber, não se refere somente à profanização da cultura ocidental, mas ao desenvolvimento das sociedades modernas. Laks (2016), qualificando as interpretações de Jurgen Habermas, acrescenta:

Assim, o cotidiano passa a ser transformado pelo desenvolvimento de um processo de racionalização social e cultural responsável por dissolver as formas tradicionais de organizações humanas. Agora, no lugar destas identidades que se baseavam nas funções laborais exercidas nas sociedades tradicionais, surgem novos modelos de socialização formadores de subjetividades e identidades abstratas do eu, proporcionando assim uma ideia de individualização do corpo social (Laks, 2016, p. 19).

Quanto ao processo de modernização, nossa interpretação apresenta consonância com o que propõe Quijano (1990a). Para além de apresentar as diferenças entre a racionalidade instrumental – que tem finalidade no poder – e a racionalidade histórica – pela qual o poder é a questão –, o autor identifica a desintegração de paradigmas cognitivos e epistemológicos relacionados com a racionalidade europeia, isto é, a racionalidade da modernidade. Deste modo, se equaliza, ainda segundo Quijano (1990a), a modernização como instrumento de difusão da modernidade. Em outras palavras, a modernização é o veículo da racionalidade do capital. Esta, proposta pelos marcos civilizacionais gestados no desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental. Ademais, para a América Latina – e, portanto, para o Brasil – a questão que resta tanto da leitura de Furtado, quanto de Oliven, pode ser melhor compreendida como para Quijano (1990a): “[a] América Latina é o único espaço, ao meu juízo, do conjunto histórico e cultural do mundo contemporâneo que foi virtualmente refeito pela invasão e dominação europeia, desde o fim do século XV” (Quijano, 1990a, p. 45).

Quijano (2005, p. 124-125)⁵ continua:

Com a América inicia-se, assim, todo um universo de novas relações materiais e intersubjetivas. É pertinente, por tudo isso, admitir que o conceito de modernidade não se refere somente ao que ocorre com a subjetividade, não obstante toda a tremenda importância desse processo, seja pela emergência do ego individual, ou de um novo universo de relações intersubjetivas entre os indivíduos e entre os povos integrados ou que se integram no novo sistema-mundo e seu específico padrão de poder mundial. O conceito de modernidade dá conta, do mesmo modo, das alterações na dimensão material das relações sociais. Quer dizer, as mudanças ocorrem em todos os âmbitos da existência social dos povos, e portanto de seus membros individuais, tanto na dimensão material como na dimensão subjetiva dessas relações. E como se trata de processos que se iniciam com a constituição da América, de um novo padrão de poder mundial e da integração dos povos de todo o mundo nesse processo, de todo um complexo sistema-mundo, é também imprescindível admitir que se trata de um período histórico inteiro. Em outras palavras, a partir da América um novo espaço/tempo se constitui, material e subjetivamente: essa é a mentira do conceito de modernidade.

(5) Quijano (1988; 1992; 1998) são estudos anteriores que aprofundam a discussão acerca da modernidade.

Isso quer dizer, ainda segundo Quijano (2005), que o fato de o centro hegemônico ter se localizado na zona centro-norte da Europa Ocidental foi decisivo para o processo de modernidade. Questão capaz de auxiliar no entendimento de que a elaboração intelectual nesta versão de modernidade tenha ganhado hegemonia mundial e que a colonialidade do poder desempenha um papel de primeira ordem em tal elaboração eurocêntrica. Por fim, destacamos que o “eurocentramento do capitalismo colonial moderno foi, nesse sentido, decisivo para o destino diferente do processo da modernidade entre a Europa e o resto do mundo (Quijano, 1990b; 1994 apud. Quijano, 2005). Também, que “todo conceito de modernidade é necessariamente ambíguo e contraditório (Quijano, 1997; 2000 apud. Quijano, 2005), já que na América Latina, ao passo que a modernidade gerou um horizonte de libertação das pessoas, ela é também uma questão de conflito.

Quanto ao conceito de identidade cultural, Hall (2006) permite ir além do que Furtado apresenta, desenhando aspectos relevantes da evolução recente da identidade cultural e nacional. Dois pontos merecem destaque antes que se explicita a contribuição do autor. O primeiro é que o próprio conceito de identidade cultural está aberto e pouco discutido dentro das ciências sociais, sendo um conceito bem complexo. Em segundo lugar está o fato de que o autor investiga a hipótese de descentralização da identidade, isto é, a fragmentação, a deslocação do indivíduo moderno. Este segundo ponto, apesar de precisar ser salientado, não é objeto de discussão deste trabalho. De todo modo, ele se refere ao argumento de que as velhas identidades, que tinham por efeito estabilizar o mundo social, estão declinando, se criando, assim, novas identidades removendo o caráter unificado do indivíduo, o que se observava até então. Esta ideia qualifica uma “crise de identidade” que integra um processo de deslocamento de estruturas e processos centrais nas sociedades modernas. Aqui, recobra-se o quadro teórico proposto por Hall (2006) sem qualificar sua abordagem pós-moderna, já que, para tanto, seria necessária uma verificação do enquadramento da obra de Furtado junto a esta corrente.

Hall (2006), antes mesmo de tratar identidade cultural – o que o autor qualifica de um modo geral como os aspectos da nossa identidade advindos do nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e nacionais – qualifica três conceitos de identidade provenientes de três sujeitos. Estes são: i) sujeito do Iluminismo; ii) sujeito sociológico e; iii) sujeito pós-moderno. A identidade referente ao sujeito do iluminismo partia do ser humano como indivíduo racional, dotado de consciência e capacidade de ação, totalmente unificado e centrado num núcleo interior que emerge ao nascimento e se desenvolve, mantendo-se em essência idêntico a ele mesmo. Esta se encerrava em uma concepção individualista do sujeito e, portanto, de sua identidade.

Para o sujeito sociológico, compreendia esse núcleo interior como não sendo autônomo e autossuficiente, mas uma construção formada na relação com outras pessoas. Aqui o sujeito é reflexo de uma crescente complexidade do mundo moderno e a formação da identidade se dá na interação do *eu* com a sociedade. Em outras palavras, é essa concepção clássica sociológica que permite a conjunção do *interior* com o *exterior*. É a expressão da dinâmica em que as pessoas projetam a si mesmas em identidades culturais, ao passo que internalizam significados e valores, é o que possibilita um alinhamento entre sentimentos subjetivos com lugares objetivos ocupados no mundo social e cultural. É a ideia de que a identidade costura o sujeito em uma estrutura, sendo capaz de estabilizar os sujeitos e os mundos culturais, fazendo com que estes estejam unificados e previsíveis (Hall, 2006). Deste modo, deve-se salientar que tanto a noção que parece aderir Furtado, quanto a orientação do

presente trabalho, referem-se à concepção do sujeito sociológico, demarcando os movimentos pelos quais as estruturas discutidas são formadas.

Partindo dessa ambientação que caracteriza as identidades através do sujeito, pode-se expor, ainda segundo Hall (2006), os aspectos da identidade cultural formados por meio do pertencimento a uma cultura nacional. De acordo com o autor, as culturas nacionais constituem uma das principais fontes de identidade cultural e, embora esses traços não estejam expressos geneticamente, ela é como se fosse parte de uma natureza essencial. O autor parte de um argumento que as identidades nacionais, antes de serem coisas determinadas pelo nascimento, são na verdade “formadas e transformadas no interior da *representação*” (Hall, 2006, p. 48, grifo do autor). Isto é, só se sabe o que é pertencer a uma nacionalidade – e ser caracterizado por ela – devido ao modo como tal foi representada, partindo de um conjunto de significados, pela própria cultura nacional. Essa transposição de significados guarda a ideia de que a nação não é só uma entidade política mas, também, é algo que produz sentidos – é o que o autor chama de *sistema de representação cultural*, é uma comunidade simbólica a qual as pessoas não são apenas cidadãos legais mas, sim, partilham de uma ideia de nação como representada na cultura nacional.

A expressão de uma cultura nacional, defende Hall (2006), contribui para criar um modelo de alfabetização universal, generalizando uma única língua para uma nação, além de uma cultura homogênea, mantendo instituições culturais nacionais, como um sistema de educação nacional. Essa foi uma das formas pelas quais a cultura nacional se apresentou como ponto-chave da industrialização, além de um elemento da modernidade.

Indo além na caracterização de cultura nacional apresentada por Hall (2006), outro fator característico são os símbolos e representações que dela resultam. Esta é composta também por um discurso, isto sendo uma maneira de construção de sentidos que influenciam as ações e as concepções que se têm de si mesmos. As “nações”, ao decorrerem em sentidos vindos das culturas nacionais, formatam padrões com os quais as sociedades podem se identificar, ou seja, *identidades*. É uma comunidade imaginada que contém sentidos presentes nas histórias que se contam, nas memórias que conectam o presente com o passado e imagens que a partir delas são construídas. Esta narrativa se conta por cinco elementos principais expostos pelo autor.

O primeiro é a própria narrativa da nação, isto sendo expresso através das histórias e literaturas nacionais, na mídia e cultura popular. O sentido da nação, explícito por essa característica está formatado em “estórias, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou *representam* as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres” (Hall, 2006, p. 52). É um sentimento produzido de que se compartilha essa narrativa dando significado a existência das pessoas, conectando as vidas em um destino nacional que precede e se mantém além do tempo de vida. O segundo elemento enfatiza as origens, a tradição e a intertemporalidade, dando um sentido de continuidade. Aqui resta a ideia de imutabilidade e irreversibilidade ao longo do tempo. O terceiro elemento está contido em um fenômeno que Hobsbawn e Ranger (1983, apud Hall, 2006, p. 54) chamavam de *invenção da tradição*, sendo tradições que parecem remeter ao passado, mas frequentemente têm origem recente e são fixadas pela repetição, sendo um conjunto de práticas que buscam imprimir valores e normas de comportamento. O quarto elemento percorre a ideia de mito fundacional, sendo uma história sobre a origem da nação onde se confunde o que é real de fato. Este surge de tradições inventadas que tornam desastres e confusões em parte da história, transformando

uma desordem em comunidade e catástrofes em triunfos. Por fim, há a ideia de identidade nacional baseada em um povo original, puro. Entretanto, raramente é esse povo que persiste.

Estas teorias apresentam o quadro que auxilia a expansão da perspectiva furtadiana de superação do subdesenvolvimento via uma dimensão cultural. Agora, ainda que brevemente, convém destacar a contribuição de De Paula (2019), que recupera a contribuição de Furtado quanto ao encontro de aspectos culturais e as transformações materiais da sociedade. De início e em concordância com o que é trazido no presente artigo, o autor destaca o fato de que o núcleo teórico do desenvolvimento e subdesenvolvimento nas obras de Furtado acabam “por amalgamar todas as dimensões da reflexão furtadiana” (De Paula, 2019, p. 1079). Nesse sentido De Paula (2019) destaca não só o fato de que Furtado sempre incorporou as relações culturais como parte das mudanças estruturais postas em passo pelo desenvolvimento, como atuou no tema em instituições governamentais, tendo ocupado o cargo de Ministro da Cultura. Isto explicita que a teoria de Furtado encontra, em sua prática, materialidade, e isso é uma peça chave para a discussão aqui proposta. A próxima seção encerra este enquadramento possibilitando a articulação das exposições propostas e a crítica pretendida.

4 O quadro teórico cultural marxista

As definições contidas até aqui permitem clarificar e expandir os conceitos trazidos por Furtado em sua concepção de uma dimensão cultural capaz de costurar os direcionamentos do projeto de desenvolvimento nacional. Entretanto, para discutir suas limitações e possibilitar uma compreensão totalizante dos processos que organizam tal dimensão, recorre-se ao quadro teórico cultural marxista. O que se busca, portanto, é enquadrar as proposições expressas até aqui em uma dinâmica capaz de interpretar como se dão as determinações da ambientação ideológica e identidades culturais. Essa escolha implica em um arcabouço teórico que considera a necessidade de historicizar conceitos pela relação dialética entre base material e superestrutura. Nesse sentido, a subjetivação dos indivíduos corresponde a um processo reflexivo da política, do Direito, da ideologia e da cultura. Isto é, o processo de formação dos indivíduos influenciado – e que influencia – as transformações nas relações materiais da sociedade. A seguir, a recuperação do enquadramento teórico cultural marxista demarca o método de abordagem.

A perspectiva escolhida como quadro de análise fica introduzida como para Williams (2005). Segundo o autor, uma abordagem moderna desta análise deve iniciar considerando a questão da base determinante e da superestrutura determinada. No entanto, ele ressalta outro problema central devendo ser explicitado, a saber: a concepção de que a existência social determina a consciência. Isso subentende a aproximação de dificuldades conceituais expressas a partir de uma barreira linguística expressa pela palavra determinação. Enquanto negação de uma determinação da superestrutura pela base em um espaço fixo e definido, tem-se, para Marx, a rechaça de uma versão de consciência abstrata e determinante. Em outras palavras é o confronto do termo em seu aspecto com certa herança teleológica – em sua noção de causa externa preditiva capaz de controlar toda atividade futura – com a noção enquanto algo que estabelece limites, exercendo pressões. Aqui o interesse é escapar da primeira noção, que vem sendo recorrentemente utilizada em análises culturais marxistas, segundo Williams (2005). Em sequência, serão discutidas as categorias que para o autor completam o quadro da teoria cultural marxista aqui utilizado. Apresentam-se, portanto, a superestrutura, a base e as forças produtivas, a totalidade, a hegemonia e, por fim, as culturas residuais e emergentes.

Superestrutura, após Marx, tomou o sentido de um campo unitário no qual as atividades culturais e ideológicas se situariam. A conceituação mais simples do termo, mas ainda em uso, considera o reflexo, a imitação ou, ainda, a reprodução da realidade da base na superestrutura. Contudo, no próprio Marx e pelas correspondências de Engels, são feitas restrições quanto a especificidade de atividades superestruturais. A primeira fase dessas restrições considera um aspecto operacional e partem da inclusão de defasagens, complicações técnicas e modos indiretos que se apresentariam como barreira ao reflexo perfeito da base na superestrutura – um exemplo disso, dentro de algumas atividades culturais que se distanciam das atividades econômicas primárias, é a própria filosofia. A segunda fase considera o processo da relação reflexiva discutida. É através de uma avaliação substancial dessa dinâmica, antes tida como espelhamento de aspectos na materialidade econômica para o campo cultural, que se observa a noção de mediação, que toma forma de ocorrência ativa. Por conseguinte, se constituiu a ideia de estruturas homólogas, significando uma correspondência entre si que pode ser descoberta, mas que em nada se verifica uma reprodução direta ou um reflexo imediato (Williams, 2005).

Ainda segundo Williams (2005), a base dirá respeito a um processo e não um estado. Isso significa que não existem propriedades fixas que sejam transpostas subsequentemente aos processos variáveis da superestrutura. Base é, portanto, um conjunto de atividades específicas de seres humanos em relações sociais e econômicas reais, contendo contradições e variações fundamentais, o que as caracterizam como um processo dinâmico. Por sua vez, as forças produtivas devem ser entendidas para além da conformação das relações econômicas basilares, considerando a produção primária da própria sociedade e dos seres humanos, isto é, a reprodução material da vida. Surge, a partir das limitações apresentadas, uma proposição alternativa, associada a Lukács, que é a ênfase na totalidade. Ela vem, no entanto, ao passo que se opõe as noções estáticas de base e superestrutura consequente, propor uma abordagem através da compreensão da totalidade de práticas sociais, assemelhando-se a ideia da existência social determinando a consciência. Para escapar de obviedades e generalizações, uma abordagem da totalidade deve englobar a existência simultânea da intenção. Uma sociedade, enquanto conjunto de práticas é, também, possuidora de uma organização e estrutura específicas que, como tais, podem ser compreendidas como diretamente relacionadas a intenções sociais, estas que se apresentam como domínio de determinada classe.

Decorrente da totalidade, pode-se enfatizar a questão da hegemonia. Williams (2005) aponta como uma das grandes contribuições de Gramsci sua ênfase à questão da hegemonia. Esta supõe a existência de algo total, afastado de caráter secundário ou meramente superestrutural, que constitui o limite e a substância do senso comum ao ser vivida numa profundidade capaz de saturar a sociedade. Corresponde à realidade da experiência social de forma mais evidente do que as derivações de base e superestrutura. Ela se apresenta com elementos de mudanças reais e constantes, de maneira não-unívoca, sendo que suas próprias estruturas internas são complexas. Portanto, necessitando renovação, recriação e defesas constantes, podendo ser, por outro lado, continuamente desafiadas e modificadas. Para o autor, essas ideias se condensam num modelo teórico que entende haver, em qualquer sociedade, um sistema central dominante e efetivo, que não é abstrato, mas organizado e vivido. Este é formado por significados e valores que se confirmam uns aos outros ao serem vividos e constituem o que a sociedade em geral concebe como o sentido da realidade, absoluta pois é recorrentemente experimentada, estabelecendo uma dificuldade de se ir além dessa realidade para a maioria das pessoas em diversos setores de suas vidas.

Assim se expressa uma cultura dominante e efetiva que só pode ser entendida se compreendermos o processo do qual ela depende, o da incorporação. Os modos pelo qual a incorporação acontece têm grande significado social, sendo as instituições educacionais os agentes principais na transmissão de uma cultura efetiva e dominante, logo, uma atividade de extrema importância, econômica e culturalmente. Para além, filosoficamente, existe um processo de tradição seletiva. É o que se transmite como “a tradição” ou “o passado importante” no interior da cultura dominante. Sendo mais importante a seleção do que propriamente a tradição, ou seja, o modo pelo qual dentro de diversas possibilidades de passado e presente se enfatiza alguns significados e práticas, enquanto há exclusão e negligência de outros. Isso implica, ainda, em mais uma peculiaridade que é, na reelaboração contínua da cultura dominante efetiva, a existência de significados e valores alternativos, que podem ser até mesmo acomodados em seu processo de elaboração, ou mesmo, as oposições reais (Williams, 2005).

Para encerrar o quadro que, resumidamente, sustenta o aporte teórico que direciona parte dessa pesquisa, discutem-se as culturas residuais e emergentes, que dão conta tanto dos significados e valores alternativos, como dos de oposição. Entende-se por residuais experiências, significados e valores que não se verificam como cultura dominante – nem mesmo podem ser expressos em seus termos – mas são praticados e vividos sobre a base de um resíduo, tanto cultural quanto social, de formações sociais prévias. Enquanto toma forma de uma incorporação de parte importante do passado, ela é, também, uma concessão no sentido de que a cultura dominante não poderia permitir muitas dessas práticas e experiências sem colocar em risco seu domínio. Ainda, compreende-se por emergentes os novos significados e valores, novas significações e experiências que são criadas continuamente. Mais que isso, além de surgirem constantemente, a tentativa de sua incorporação é imediata. Aqui se explicita uma relação muito importante para esta análise. A manifestação de uma relação temporal de coexistência da cultura dominante de um lado, a residual de outro e, ainda, a emergente em mais um outro. Enfim, é crucial que se possa, partindo da teoria da cultura marxista, dar explicação a origem dessas práticas e significados e o maior desafio teórico é encontrar um sentido da prática cultural emergente que não seja metafísico ou subjetivo. Adiantando, parte da resposta reside no processo de persistência das práticas residuais (Williams, 2005).

5 As limitações e impraticabilidades da dimensão cultural como resposta ao subdesenvolvimento

A partir desta última exposição é possível que sejam contrapostas as concepções furtadianas expandidas pela recuperação antropológica e sociológica trazida na segunda seção. Para uma recuperação sintética da abordagem furtadiana, parte-se da objetivação da satisfação de necessidades através de metas estabelecidas por uma classe dominante alocadora de recursos. Como se demonstrou, sob o contexto de interação da base e das forças produtivas e considerando a existência social como determinante de uma consciência, a centralidade de uma classe dominante se expressa através da existência da hegemonia. Tal sistema central irá corresponder, em última instância, a uma cultura dominante e efetiva, sob a égide ideológica da classe dominante. Até aqui, não se apresenta uma impraticabilidade das ideias furtadianas, e poderia ser posto em prática um projeto de desenvolvimento econômico limitado pela estrutura social circunscrita a um “interesse nacional”, tudo isso restrito por preparações ideológicas.

Mantém-se a noção da transposição de um processo histórico específico para outro contexto – o brasileiro no caso –, incorrendo na problemática do subdesenvolvimento. Dada a expansão do sistema capitalista, uma estrutura dualista se forma diante da coexistência das novas formas de produção com as formas arcaicas. É, então, a coexistência da formação da empresa capitalista num lócus que mantém uma economia pré-capitalista existente. Para Oliven (2001), assim como para Furtado, tal processo corresponde a uma contradição da modernidade tecnológica importada e a manutenção de estruturas sociais que obstaculizam a difusão das benesses do progresso material.

Numa ambientação teórico cultural marxista, as culturas residuais surgem como fator de relevo para fundamentar o funcionamento concreto das categorias tratadas em Furtado e Oliven. Embora as culturas residuais existam como resquício de formações prévias, elas não farão parte da cultura dominante e, mais que isso, sua manutenção passa pelo processo de incorporação e seleção. Deste modo, culturas que são concorrentes na ambientação ideológica vigente da classe dominante, ou seja, que contrastam com os projetos estabelecidos pelo e para o *establishment* – aqui se considerando o intrincado processo reflexivo não-imediato da base e das forças produtivas nas conformações superestruturais – serão descartadas, excetuando-se sua existência de forma marginal.

Isso contrasta, sobremaneira, com o pensamento otimista de Furtado acerca da manutenção de uma relação enriquecedora do passado com o presente. Oliven, por sua vez, identifica a impraticabilidade de tal movimento, explicitando um tipo de aculturação que parece corresponder ao processo de incorporação e tradição seletiva, aproximando a condição nacional a um *establishment* europeu, burguês e urbano. Contudo, a exclusão da hegemonia – em sua existência sob a égide da ideologia dominante – também incorre numa compreensão positiva de tal dinâmica para este autor, que chega a considerá-la como uma riqueza cultural brasileira, apesar de perceber que o que ele chama de digestão e reelaboração única está adaptado aos interesses de certos grupos e circunstâncias que mudam. Se por um lado pode-se inferir, a partir de Oliven, que não existem garantias a criação de expressões culturais únicas pela destruição de patrimônio cultural trazida em Furtado, por outro não há o que impeça que o interesse nacional e os fins objetivados pela sociedade controlem esse processo. Contraditoriamente, Oliven conclui que a relação cultural com a modernização para o Brasil não é necessariamente perversa, e a seleção poderia funcionar de modo a se apropriar da modernidade no que interessa, adaptando a realidade de articulação entre moderno e tradicional. Embora a expansão trazida por Oliven já represente alguns desdobramentos não aventados por Furtado, sua conclusão ainda fica aquém da realidade concreta expressada pelo controle cultural hegemônico.

O “capitalismo bastardo” é, portanto, uma base que mantém estruturas homólogas de perpetuação social concorrentes com o pleno desenvolvimento capitalista. Deste modo, como defende Furtado, a cristalização dos setores de subsistência, exportador e manufaturados para o mercado interno, produz uma formação diferenciada e complexa, circunscrita a noção de subdesenvolvimento, gestando a possibilidade da multiplicação dos efeitos do dinamismo do setor exportador em um setor interno industrial. Como viu-se, as estruturas homólogas, apreendidas das limitações à reflexividade perfeita da base na superestrutura a partir de Marx, podem ser compreendidas como ruídos no processo de incorporação de culturas residuais. Neste caso, estruturas arcaicas se mantêm no bojo da sociedade por não ameaçar ou mesmo contribuir com o projeto dominante de sociedade.

O insucesso do projeto industrializante foi percebido por Furtado. Entretanto, ele considera uma mudança do direcionamento do desenvolvimento do âmbito social para a lógica do crescimento

econômico, encerrando em um modelo “inerentemente criador de desigualdades e privilégios” em sua avaliação.

Aqui percebe-se como esta abordagem, ao não considerar a perspectiva relevante da totalidade, obstaculiza uma visão completa de dinâmicas que carecem, de um lado, de uma interpretação diacrônica e, por outro, uma observação histórica acerca da existência de tal projeto de desenvolvimento autônomo e intencional, em primeiro lugar. Isso se explicita, por exemplo, pelo próprio diagnóstico de Furtado sobre o alinhamento com a direita ideológica e aos grupos latifundiários. É fato que tal movimento não escapa ao autor quando de seu surgimento conjunto ao processo de industrialização e sua conclusão refere-se a teorização do subdesenvolvimento. Entretanto, essa conciliação tem bases e incorrências mais profundas do que ele acaba por salientar. Resta a ideia de que o projeto da classe dominante foi posto em prática sem maiores ruídos e pode-se perceber claramente a intencionalidade e hegemonia do mesmo.

Fazendo justiça a originalidade e projeção da visão furtadiana, a capilaridade das expressões ideológicas, bem como, suas influências, não são ignoradas. Deste modo, sua percepção de identidade nacional, cultural e valores compõe o desfecho de sua abordagem. Ambientando segundo a proposição de Hall, os elementos que constituem uma identidade ou cultura nacional, mais proeminentemente os aparatos educacionais, mas também seus símbolos, representações e seu discurso – que constrói os sentidos das ações e as concepções de si –, são parte de uma formulação com bases no passado e se constituem pelos cinco elementos já explicitados. O sentido da nação, suas origens e tradições intertemporais, as invenções da tradição, o mito fundacional e a ideia de povo original evidentemente se enquadram nos processos de tradição seletiva e de incorporação, constituindo a cultura dominante e efetiva. Implicando na noção de que este movimento está submetido, por sua vez, a totalidade das práticas sociais manifestas como domínio de determinada classe.

A ideia defendida por Furtado, nos certames de uma identidade nacional, diz que há um espaço que delimita as opções históricas do Brasil com uma preservação de sua singularidade e neste deveriam ser mantidos tal identidade cultural e unidade política, em contraponto à dominação de grupos transnacionais que controlam o capital financeiro, a informação e a tecnologia. Fica evidente que Furtado não desconhece um embate entre o que seria um interesse nacional e a inserção desequilibrada do Brasil em um contexto global, ainda assim, seu diagnóstico do insucesso da política desenvolvimentista resta no equívoco do direcionamento do dinamismo brasileiro para longe do mercado interno, ironizando uma inexistência de um sistema econômico ao se referir ao Brasil.

A questão está referida ao enquadramento de uma intencionalidade total deste projeto, sendo, dentro dessa perspectiva, um esforço bem-sucedido. O interesse nacional passa pelo controle hegemônico da classe dominante e a conformação cultural vivida e reproduzida na sociedade está subsumida a esse contexto. Isso significa dizer que, embora Furtado tenha sido preciso em observar que a identidade nacional pode se expressar no campo econômico – através de um projeto de desenvolvimento – e no político e social – por expressões culturais –, as dinâmicas de gestação desses fatores são, em última instância, concorrentes ao seu ideal de superação.

Ora, Furtado verifica a limitação dos padrões culturais *paripassu* à elevação dos níveis materiais da sociedade, avaliando de maneira precisa uma expressão do subdesenvolvimento. O contraditório em sua conclusão está nas atribuições do que ele concebe como sendo os *fins* que

presidem a ordenação social, isto é, valores e cultura em uma sociedade. Ele considera para estes um comportamento autônomo e correspondência com as necessidades naturais, aspirações e ideais, reconhece que em suas interrelações, o controle dos *meios* utilizados para se atingir os *fins* podem ser manipulados. Reconhece, também, que pouca atenção é dada a essas interrelações. Contudo, sua conclusão indica que a solução estaria em subverter a lógica concreta apreendida pelo enquadramento teórico cultural marxista aqui apresentado. Para Furtado, a readequação deste processo parece estar na percepção dos fins, somente, na prevalência da dimensão cultural sobre as demais, sem considerar que tal dimensão está subjugada aos processos de seleção e incorporação cultural – que estão, por sua vez, constrictos a hegemonia. Furtado desloca o ponto de partida de uma política de desenvolvimento para os objetivos dos indivíduos e da comunidade em enriquecer suas vidas.

Entretanto, como viu-se, os indivíduos – sob a perspectiva sociológica trazida por Hall – caracterizam-se por um processo não-autônomo e autossuficiente, sendo sua conformação tendo lócus na sociedade. De forma paralela, o arcabouço teórico cultural marxista explicitou como os símbolos, valores, instituições e práticas culturais são vividos e reiterados na sociedade ao partir de uma dominância ideológica que constitui os limites e o conteúdo do senso comum. Se trata de um sistema central dominante, organizado e capaz de saturar a sociedade, estabelecer um *sentido da realidade*, que se torna absoluta. Deste modo, os objetivos ressaltados por Furtado passam por um crivo maior, residindo nos embates do processo de seleção e incorporação cultural, bem como na conformação de uma ideologia dominante na hegemonia.

Considerações finais

Evidentemente, Celso Furtado é fortuito em trazer à discussão uma dimensão antes excluída, conseguindo, também, caracterizar os problemas da periferia por uma abordagem interdisciplinar. Sua teoria abre espaço para a formulação de proposições à superação do subdesenvolvimento, antes ignoradas mesmo para a corrente heterodoxa dos teóricos econômicos. Perceber que há certa subjetividade que transcende os quadros do *establishment* anterior do desenvolvimento econômico e que uma teoria completa deve se voltar para essas características permitiu um avanço ímpar a este estudo.

A proposição da manutenção de uma identidade nacional e cultural, sistemas simbólicos e de valores é congruente às categorias levantadas na teoria do subdesenvolvimento de Furtado, ao englobá-las de forma positiva na construção da transformação da sociedade. O conjunto de necessidades e a ambientação ideológica estariam submetidos à lógica dos fins, com o objetivo de enriquecer a vida dos homens, tendo nessa base cultural o ponto de partida do projeto ou política de desenvolvimento, sendo, enfim, o interesse nacional expresso pela própria identidade nacional.

Entretanto, esta ideia toma uma característica teleológica já que, como visto na primeira seção, somente a subordinação da política de desenvolvimento à lógica dos fins pode produzir tal resultado. Além do fato de que as mesmas categorias de análise aparecem de forma perversa se circunscritas ao interesse e direção da classe dominante, sendo que essa parece não impactar na construção do interesse e a própria identidade nacional para Furtado. Para além, a existência de uma *coisa total* que corresponde a hegemonia, enquanto um sistema central, dominante e efetivo, sob o controle de uma classe também dominante, indica uma impraticabilidade concreta. A construção e difusão de símbolos, valores e instituições – isto sendo, um sentido da realidade para atividades

culturais e ideológicas –, que contestem a dominância real de uma classe e substitua esse aparato superestrutural no qual se localizam as categorias de Furtado não se cristalizam facilmente numa determinada sociedade.

Por outro lado, aprofundar a compreensão do modo como a dimensão cultural se apresenta nas sociedades e, mais especificamente, no Brasil permite expandir a teoria furtadiana. A partir das exposições contidas na segunda seção deste artigo, pode-se perceber um caráter de construção temporal da identidade nacional que ora escapa, ora contradiz a percepção de Furtado quanto ao conceito. O fato de que a identidade cultural brasileira sofre influência do exterior e da “modernidade” antes mesmo da difusão da revolução industrial para o Brasil e que isso pode produzir algo único e não necessariamente pejorativo explicita uma limitação da teoria de Furtado. Por outro lado, a relação entre o passado e o futuro que aparece para Furtado na manutenção de uma dimensão cultural do desenvolvimento deixa escapar que não é regra de que essa transposição no tempo permite gerar símbolos, valores e identidades capazes de apontar para direções benéficas. Inclusive, ao não explicitar a determinação hegemônica na produção cultural, o autor demonstra preterir por uma análise com classes sociais antagônicas no seu método, partindo de sua concepção de “interesse nacional” e “necessidades prioritárias” como algo desejável por e para todos. Por fim, a identidade nacional parece ser capaz de viabilizar alguns desencadeamentos vislumbrados por Furtado em sua teoria, entretanto as limitações e contradições que estão dispostas quanto sua proposição central não devem ser ignoradas. O foco volta-se, portanto, para a centralidade da luta pela hegemonia ao mesmo tempo que acontece internamente ao processo dinâmico de transformação da base e forças produtivas.

Referências bibliográficas

- DE PAULA, João Antônio. Cultura e desenvolvimento: 100 anos de Celso Furtado, um intelectual cosmopolita. *Nova Economia*, [s. l.], v. 29, n. Especial, p. 1075-1089, 2019. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/6110>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 15, n. 226, p. 225-256, jan. 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/11934/8639>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Frankfurt: Suhrkamp, 1985.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006.

LAKS, Daniel Marinho. *Modernismos em modernidade incipientes: Mário de Andrade e Almada Negreiros*. 2016. 220p. Tese (Doutorado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade)– Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEN, Ruben George. Cultura e modernidade no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 3-12, abr. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 26 ago. 2020.

QUIJANO, Aníbal. La modernidad, el capital y América Latina nacieron en el mismo día. *Illa: Revista del Centro de Educación y Cultura*, Lima, n. 10. p. 42-57. jan. 1990a.

QUIJANO, Aníbal. La nueva heterogeneidad estructural en América Latina. *Hueso Humero*, Lima, n. 26, 1990b.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, jan. 1992.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialité du pouvoir, démocratie et citoyenneté en Amérique Latine*. Paris: L'Harmattan, 1994. (Amérique Latine: Démocratie et Exclusion).

QUIJANO, Aníbal. Estado nación, ciudadanía y democracia: cuestiones abiertas. In: GONZÁLEZ, Helena; SCHMIDT, Heidulf (Org.). *Democracia para una nueva sociedad: modelo para armar*. Caracas: Nueva Sociedad, 1997. p. 139-155.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, v. 6, n. 2, p. 73-90, maio/set. 2000. Disponível em: http://www.ucv.ve/fileadmin/user_upload/faces/problemas_sociales_contemporaneos/CESOC/MAYO_AGOSTO_2_2000_ENFOQUES_TEORICOS_CONTEMPORANEOS_EN_LAS_CIENCIAS_SOCIALES.pdf. Acesso em: 19 nov. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. *Revista USP*, São Paulo, n. 66, p. 209-224, 1 ago. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13448>. Acesso em: 26 ago. 2020.